

Breve enquadramento e história da Escola

Importa conhecer a realidade nacional e o meio local que fizeram nascer a Escola para que a entendamos, antes de mais, como um organismo vivo, uma resposta a solicitações socioeconómicas, políticas e culturais.

Assim, tendo o Marquês de Pombal, por alvarás de 1759 e 1760 retirado aos jesuítas o direito de ensinar, criou em 1759 as “Escolas Régias” (futuro ensino liceal), a Aula do Comércio (futuro ensino técnico-comercial), e em 1772 as “Escolas de Ler, Escrever e Contar” que marcam o início do ensino primário.

A partir desta reforma de instrução, começa a ser possível a distinção entre os vários setores do ensino, atendendo aos objetivos programáticos que anunciou e aos estratos sociais a que se destinava. No entanto, o ensino continuava nas mãos do clero pela substituição dos jesuítas pelos Oratorianos e membros de outras ordens religiosas.

Quando o liberalismo triunfou em Portugal pela revolução de 1820, o sistema de ensino não se adaptava ao ideário liberal e apresentava graves deficiências, afastando-se da original reforma pombalina.

Aspiravam os liberais à criação de um modelo de ensino caracterizado pela valorização do ensino secundário.

O período da revolta de Setembro de 1836 é que traz a realização da primeira grande reforma do ensino em Portugal e que, basicamente, vigorou até 1973.

Nesta conjuntura, por Decreto de 17 de Novembro de 1836, reformou Passos Manuel o ensino Secundário, criando os liceus.

A estabilidade política permitiria, nas primeiras décadas da segunda metade do séc. XIX, a expansão económica. O progresso técnico entra finalmente no país, surgindo a necessidade de formação de técnicos e operários especializados que não possuíamos.

Foi este contexto que permitiu a criação, na Covilhã, da Escola Industrial, em 1884, bem como as raízes industriais desta cidade.

O fim do séc. XIX e começo do séc. XX trouxera uma grave crise económica que atingiu o país vindo a refletir-se no ensino estatal com uma diminuição acentuada do índice de frequência dos alunos. No entanto, o ensino da Igreja conhece, paralelamente, uma significativa projeção (que prosseguiria até à implantação da 1ª república em 1910).

A 1ª República (1911-26), limitando-se a administrar, até cerca de 1918, a estrutura do ensino secundário que herdara da monarquia constitucional, permitirá o desenvolvimento do ensino particular neste sector.

Ensino particular que encontrou um contexto favorável que se manifestou claramente na Covilhã. Deste modo, em 1911, funcionava, nesta cidade, o «Instituto da Covilhã para o ensino do curso dos Lyceus, Curso Comercial e Instrução Primária». Em 1914, existem na Covilhã dois colégios e seis professores do «ensino livre».

Enfim, um número bastante elevado de candidatos ao ensino liceal, face a uma falta de resposta oficial, acentuava, na Covilhã, a necessidade da criação do ensino liceal oficial.

Estava a dar os primeiros passos a implantação real do Estado Novo quando nasce o ensino liceal oficial na cidade como resposta política para uma necessidade

sentida pela Covilhã e para uma tendência de crescente aumento de frequência relativamente ao Ensino Secundário.

Por Decreto de 20 de Fevereiro de 1932, determina-se a criação de um liceu municipal anexo aos cursos técnicos da Escola Industrial Campos Melo e desta profundamente dependente.

O suporte financeiro do liceu, designado por «Municipal Industrial», foi completamente atribuído à Câmara Municipal.

No decurso dos anos de 32 e 33, várias iniciativas foram tomadas pela Câmara no sentido da instalação do liceu. O empenhamento da Câmara foi bem sucedido. Em 20 de Março de 1934, o Decreto n.º 23.685 cria definitivamente o Liceu Municipal, de «frequência mista que deverá funcionar a partir do ano lectivo de 1934/35 atendendo a que a cidade da Covilhã tem uma população numerosa e é de importante desenvolvimento».

Em 7 de Agosto de 1934, completou-se o quadro legislativo da sua criação ao ser-lhe atribuída a denominação de **Liceu Municipal de Heitor Pinto** e ao delimitar-se a sua zona de influência pedagógica.

Em 20 de Agosto de 1934 foi nomeado Reitor o Dr. Manuel Augusto Rabaça. Para além deste, que era o único professor efectivo, contava ainda com um professor agregado eventual e quatro professores provisórios.

As aulas abriram oficialmente no dia 8 de Outubro com uma assinalável frequência de 182 alunos apesar de, passado o primeiro entusiasmo, esta frequência ter vindo a diminuir, sobretudo em 1940/41 em que o número de alunos não ultrapassou os 66.

Este período coincide com três sucessivas nomeações para o cargo de Reitor. Assim, em 1937, foi nomeado o Dr. Feliciano Ferreira Ramos, em 1938, o Dr. Paulo de Sousa e, em 1939, o Dr. Joaquim Augusto Vasco. A partir do ano de 1941/42 e até 1948, inicia-se uma fase de relativa recuperação na frequência.

Em finais da década de 40, era imprescindível a preparação do país para o novo modelo socioeconómico e assim surgirá a promulgação dos Estatutos do Ensino Liceal e Técnico que, até 1968/69, permaneceram sem qualquer alteração.

Estas duas vias do ensino secundário (a liceal e a técnica) reproduziam, afinal, duas realidades sociais, económicas e culturais distintas.

Por um lado, o ensino técnico, marcadamente prático e profissionalizante, formava os operários e os quadros médios e permitia ainda o acesso ao funcionalismo. Por outro, o ensino liceal, de pendor “humanístico-científico”, tradicionalista e seletivo, formava o funcionalismo pelo curso geral e dava acesso à Universidade.

Durante este período, assiste-se a uma grande expansão do ensino secundário que penetra no interior do país. O Liceu Municipal da Covilhã, acompanhando esta tendência, passou a poder ministrar o 2.º ciclo liceal a partir de 1956/57, pelo Decreto-Lei n.º 40.827 de 25 de Outubro de 1956, e o 3.º ciclo liceal a partir de 1962/63 pelo Decreto-Lei n.º 43.947 de 4 de Outubro de 1961 que faculta ainda, no seu artigo 1.º, a passagem do Liceu Municipal da Covilhã a Liceu Nacional fixando, como consequência, os quadros do «pessoal docente, de secretaria e menor».

Surge, também por esta altura e como consequência do aumento de frequência dos alunos, a necessidade de resolver o problema das instalações do liceu, adiado desde que, no ano de 1934, a Câmara não conseguiu os apoios necessários para a construção de um edifício adequado.

Por Decreto de 28 de Março de 1958, estabelece-se o plano de construção de novos liceus onde se incluía o da Covilhã, plano esse a realizar no prazo de 8 anos e previsto para 16 localidades.

Posteriormente, e numa linha de igualização de oportunidades de acesso ao ensino, esbatem-se as diferenças entre os ensinos liceal e técnico através da reconversão do ensino técnico motivada pela introdução do ciclo Preparatório. Esta reforma do ministro Veiga Simão, deu lugar ainda à segunda grande inovação do ensino a nível nacional realizada na Covilhã: a Habilitação Complementar aos Institutos (1971/72), depois da criação da Escola Industrial da Covilhã em 1884.

O movimento da frequência de alunos nesta fase, que se inicia em 1969/70 com 563 alunos, surge quatro anos depois mais que duplicado. Daí a natural satisfação com que foi acolhida a **inauguração do novo edifício do Liceu da Covilhã** de cuja entrega se lavrou um auto em 6 de Maio de 1969. Era então Reitor o Dr. Domingos dos Santos Rijo que exercia este cargo desde 1967.

Da reestruturação nacional realizada nesta fase e com implicações na vida pedagógica desta Escola, salienta-se ainda a introdução, a partir de 1973/74, dos estágios clássicos para a formação de professores e dos cursos nocturnos.

Inicia-se com o 25 de Abril de 1974 um novo período na história da nossa Escola, marcado por profundas indefinições a nível geral de ensino e grandes inovações. Neste contexto, assiste-se à unificação do curso geral do Ensino Secundário e à implantação de cursos complementares de via única para os dois ramos de ensino. Igualmente é de sublinhar o papel que, como centro de formação de professores, passaria a desempenhar esta Escola.

A frequência de alunos sofre um grande aumento: dos 1153 alunos entrados em 1973/74 passou-se para 2273 alunos no ano lectivo de 1983/84. O número de professores, pessoal administrativo e auxiliar acompanha esta evolução.

Como reflexo de uma nova Reforma do Ensino, implementada a partir de 1992/93, o ensino secundário (10 e 11º anos) apresentava um leque de opções diversas, distribuídas por áreas, divididas em agrupamentos que, por sua vez, compreendiam a variante CSPOPE (curso secundário predominantemente orientado para o prosseguimento de estudos) e cursos tecnológicos.

O curso nocturno mantinha o Curso Complementar (correspondente ao ensino secundário diurno) e os Cursos Gerais (correspondentes ao ensino básico diurno), os quais foram sendo progressivamente substituídos pelo Ensino Recorrente – Sistema de Ensino por Unidades Capitalizáveis (SEUC).

No início do século XXI, nova reforma do ensino secundário e do básico e da rede escolar concelhia alterou o panorama da ESFHP. Durante vários anos esteve ausente desta escola o 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos de escolaridade), tendo começado a ser retomado no ano lectivo de 2003/04.

Quanto ao Ensino Nocturno, no ano lectivo de 2004-05 foi introduzido o Curso Tecnológico de Acção Social, o qual funcionou até à respectiva extinção.

O leque de oferta do ensino regular tem abrangido todos os anos do 3º ciclo e do secundário. Além dos percursos do ensino regular, que abrange o 3º ciclo e os Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades, no secundário, complementando o 3º ciclo os Cursos de Educação e Formação (CEF) da área da Informática e da Administração, a Escola tem completado a sua oferta no secundário com o Curso Tecnológico de Desporto e Cursos Profissionais, predominantemente de áreas do sector terciário da economia: Turismo, Qualidade Alimentar, Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente, Animação Sociocultural e Apoio à Gestão Desportiva.

Devido a opções da administração educativa central e regional, que passou pelo aumento do número de escolas secundárias na cidade e pelo esvaziamento gradual do ensino nocturno e posterior extinção do sistema por unidades capitalizáveis, o número global de alunos baixou uma vez que passou a oferecer apenas o ensino diurno, encontrando-se estabilizado.

A linha de rumo da **Escola Secundária com 3º ciclo Frei Heitor Pinto** continua a apontar no sentido do futuro, reflectindo, por um lado, a procura que a sociedade faz do seu serviço e, por outro, procurando inovar e permanecer na memória dos seus alunos, como uma referência na formação para a cidadania e para os valores e, ao mesmo tempo, de efectivas aprendizagens fundamentais e relevantes.